

## **Ciclos econômicos e mobilidade de renda no Brasil e no Rio Grande do Sul: uma análise para o período 2001-2015<sup>1</sup>**

Jéfferson Colombo

Guilherme Stein

Marcos Vinício Wink Jr.

**Resumo:** Este artigo analisa a mobilidade de renda domiciliar *per capita* no Brasil e no RS, entre 2001 e 2015, utilizando os microdados da PNAD. Os resultados apontam que, no período de expansão dos anos 2000, a renda do trabalho e especialmente outras rendas (como benefícios sociais) cumpriram importante papel na redução das desigualdades de renda no país e no estado. Além disso, a despeito das características socioeconômicas distintas e dos choques climáticos que afetam tanto a produção quanto a renda agrícola no RS, a dinâmica de redução da participação de indivíduos nas faixas de renda mais pobres (classe baixa) foi semelhante no Brasil e no RS. Os dados conjunturais trimestrais, no entanto, mostram que a recessão iniciada em 2014 causou uma rápida reversão nesse processo. Finalmente, discutem-se impactos de médio e longo prazos da atual recessão, que tendem a amplificá-la e a tornar seus efeitos negativos mais agudos e persistentes no tempo.

**Palavras-chave:** recessão, faixas de renda, custos sociais, ciclos econômicos.

**Abstract:** This paper analyzes the household income mobility in Brazil and Rio Grande do Sul, between 2001 and 2015, using data from the National Household Survey (PNAD). The results show that, in the 2000s expansion period, labor income and especially other incomes (such as social benefits) fulfilled important role in reducing overall income inequalities in the country and in the state. Moreover, despite the distinct socioeconomic characteristics and climatic shocks that affect both production and agricultural income in RS, the dynamics of decline in the share of individuals in the poorest income groups (low class) was similar in Brazil and RS. Quarterly short-term data, however, show that the recession that began in 2014 caused a reversal in that process. First, because it affected with greater intensity households in the middle class,

---

<sup>1</sup> Seção temática “Desigualdade, Pobreza e Políticas Públicas”. Os autores são pesquisadores em economia na Fundação de Economia e Estatística (FEE). Endereço: Rua Duque de Caxias, 1691, CEP 90010-283. Tel: +55 51 32169000. E-mail para contato: jefferson@fee.tche.br.

which has returned quickly to the lower class due to the deteriorating economic environment. Second, it interrupted the transition of poorer households into higher income brackets. Finally, we discuss medium and long-term impacts of the current recession, which tend to amplify and make its negative effects more persistent on time.

**Keywords:** recession, income groups, income inequality, business cycle.

**Códigos JEL:** D1, R2, H3.

## 1. Introdução

Deteriorações no nível de emprego e no salário real das famílias são constatações amplamente observadas em períodos de recessão econômica. Opostamente, em fases de expansão costuma-se aferir aumentos na renda média e na taxa de ocupação. Apesar desse notório efeito absoluto, os efeitos distributivos que decorrem desses fenômenos cíclicos, além de difíceis de aferir, não obedecem a um comportamento previsível. Quais classes econômicas são mais afetadas em períodos de recessão e expansão? Existe simetria nessa relação ou a dinâmica de transição das famílias entre faixas de renda é diferente de acordo com a fase do ciclo? Quão custosas são, do ponto de vista social, as recessões econômicas?

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução da renda domiciliar *per capita* no Brasil e no Rio Grande do Sul e entender a dinâmica de transição dos indivíduos entre classes socioeconômicas que sintetizam diferentes níveis de poder aquisitivo e de bem-estar. Para isso, utilizam-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) anual e da PNAD contínua trimestral, ambas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além das pesquisas, utiliza-se também a definição de faixas de renda domiciliar criada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) para separar os domicílios em grupos de renda homogêneos. Ao avaliar o período compreendido entre 2000 e 2015, consegue-se observar o comportamento da renda dos domicílios em diferentes fases e intensidades do ciclo econômico, permitindo uma avaliação mais precisa dos efeitos relativos de choques macroeconômicos em domicílios classificados como de classe baixa, média ou alta.

De uma forma geral, a análise dos ciclos e seus impactos na economia remonta pelo menos ao início do século XX, quando a influência de fatores climáticos na produção e no preço dos bens agrícolas era de central importância para a dinâmica da renda (Hansen, 1932). Mais recentemente, a crise financeira e econômica iniciada em 2008, tanto pela sua intensidade quanto pela sua difusão, fez com que aumentasse o interesse acadêmico e também de agentes de mercado pelos ciclos de negócios e suas causas e consequências.

No tocante à relação entre ciclos econômicos e seus heterogêneos impactos nas famílias, há considerável número de estudos realizados no exterior, e poucos no Brasil. Nos Estados Unidos, evidências empíricas apontam que a crise de 2008 afetou em maior escala homens negros e hispânicos, jovens e trabalhadores com baixo nível de escolaridade (Hoynes, Miller e Schaller, 2012). Como resultado do efeito mais severo sobre indivíduos tipicamente mais vulneráveis, a taxa de pobreza aumentou nos EUA de 12,5% para 15,1% entre 2007 e 2010 (DeNavas-Walt, Proctor, e Smith, 2011).

De forma geral, o efeito de recessões econômicas sobre a distribuição de renda (se elas aumentam ou diminuem a desigualdade) não pode ser definido a priori, dadas as diversas forças e elementos que são afetados simultaneamente e potencialmente atuam em sentidos opostos. Jenkins e micklewright (2012) alertam que o impacto das recessões sobre a desigualdade de renda ocorre por três canais distintos: i) a participação de cada tipo de renda na renda total dos domicílios; ii) o grau de desigualdade em cada tipo de renda; iii) e como a recessão afeta essas fontes de renda. Embora haja evidências de que a participação da renda do trabalho no total das rendas da economia caia durante recessões em virtude do aumento da taxa de desemprego (Jenkins e micklewright, 2012), o efeito líquido da crise sobre a desigualdade total de renda é incerto.

Com relação aos trabalhos brasileiros, o presente artigo se relaciona com a literatura recente que investigou as causas da redução da desigualdade (medida pelo índice de Gini) no Brasil ao longo dos anos 2000, principalmente durante a primeira década (Barros et al 2007). De acordo com a maioria dos trabalhos, a queda na desigualdade foi em função do ciclo de crescimento econômico experimentado pelo país na década em questão (Barros et al. (2007), Hoffmann e Ney (2008) e Souza (2013)). Segundo os autores, o crescimento impactou negativamente na desigualdade a partir do crescimento

da renda do trabalho que aumentou consideravelmente em conjunto com uma redução significativa da taxa de desemprego no período.

Nesse sentido, além do presente trabalho comparar a dinâmica de transição da renda em nível nacional com a do Rio Grande do Sul, ele se difere da literatura nacional em uma segunda dimensão, pois avalia a evolução dos indivíduos em suas faixas de renda em um período que engloba não apenas o ciclo de crescimento observado na primeira década dos anos 2000, mas também momentos de crise, como os anos recentes de 2014 e 2015.

A escolha pelo Rio Grande do Sul se dá pelo fato de que a economia gaúcha, embora tenha seu ciclo econômico correlacionado com o da economia brasileira, ainda sim apresentam idiossincrasias relevantes. Em particular, é sabido que o dinamismo da economia do RS depende em grande medida do desempenho de seu setor agropecuário. Em 2006, por exemplo, a economia gaúcha passou dificuldades quando uma forte seca afetou os cultivos da região. Diante desse fato, é possível que estudos feitos para o Brasil sejam incapazes de capturar movimentos relevantes na evolução dos rendimentos da população gaúcha. Finalmente, este artigo é provavelmente o primeiro a utilizar os microdados da PNAD para avaliar a evolução da renda domiciliar no RS para diferentes estratos socioeconômicos e em um longo período de tempo (2001-2015), fornecendo uma nova dimensão de análise da economia gaúcha e sua evolução recente.

Além desta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma: no capítulo 2, são discutidos alguns dos principais métodos e critérios de estratificação socioeconômica no Brasil. No capítulo 3, são expostos os aspectos metodológicos relevantes da análise. No capítulo seguinte, são expostos os resultados da avaliação empírica, tanto no que se refere aos dados anuais quanto aos trimestrais, além de alguns comentários sobre os efeitos de médio e longo prazos da atual recessão. Finalmente, no capítulo 5, são expostas as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

## **2. Definição de classes socioeconômicas no Brasil**

Para analisar o efeito dos ciclos econômicos na mobilidade de renda dos indivíduos, a primeira etapa consiste em categorizar a renda domiciliar *per capita* de acordo com algum critério. Nesse sentido, não existe uma definição universal de classes

socioeconômicas. O que existem são diversas metodologias empregadas para classificar a população em determinados estratos, que melhor representem a realidade socioeconômica de um estado ou país. A seguir, são discutidos dos principais critérios de estratificação socioeconômica utilizados no Brasil: o critério da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República, e o Critério Brasil, realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)

### **2.1. O critério da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)**

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República, estratificou a população brasileira em 8 faixas distintas, de acordo com a renda domiciliar *per capita* média. Essa categorização baseou-se no conceito de vulnerabilidade, definido como “a probabilidade de retorno (ou permanência, se a pessoa já era pobre) à condição de pobreza em algum momento dos próximos 5 anos (SAE, 2012). Esse critério, herdado de estudos do Banco Mundial, foi selecionado pela comissão técnica do SAE entre mais de 30 metodologias distintas e igualmente testadas.

A probabilidade de retorno à pobreza, variável central de definição das classes econômicas na metodologia do SAE, foi obtida a partir da observação empírica dos movimentos de ascensão e queda de renda da população brasileira nos anos anteriores à pesquisa, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) como referência (SAE, 2012). A partir desses cálculos, foi utilizado o método de polarização para dividir a população em grupos cujo grau de vulnerabilidade fosse o mais homogêneo possível, e também mais heterogêneo possível dos demais grupos. O resultado desse método foi separar a população nos seguintes pontos de corte: 34º e 82º percentil. Portanto, a classe baixa compreendeu, naquele momento, as famílias com renda até o 34º percentil, a classe média famílias entre os percentis 34 e 82, e a classe alta as famílias acima do 82º percentil. Em termos de renda familiar *per capita*, os pontos de corte, em valores de abril de 2012, eram de R\$291 e R\$1019<sup>2</sup>.

Para definir a classe média, por exemplo, o SAE parte do pressuposto de que se trata de um grupo que varia em torno da mediana da distribuição da renda, que divide os salários entre os 50% que mais ganham e os 50% que menos ganham. Segundo o estudo do SAE, a renda familiar *per capita* mediana era igual a R\$440, em 2012.

---

<sup>2</sup> R\$376 e R\$1.317, respectivamente, em valores constantes de novembro de 2015.

Embora não seja uma proposta do governo Federal como um todo, esta classificação é uma sugestão do SAE para definir a classe média no Brasil, com o intuito de ser utilizada como instrumento de políticas públicas voltadas para diferentes perfis socioeconômicos. A comissão responsável foi dividida em duas partes: a comissão técnica e a comissão de validação (SAE, 2012). Para a classe baixa, a linha de pobreza considerada foi aquela definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social para identificar os beneficiários do programa Bolsa Família, corrigida pela inflação.

A Tabela 1 expõe o resultado da estratificação do SAE, já em valores corrigidos pelo IPCA-Poa até Novembro de 2015. As oito faixas de renda são então agregadas para formar as classes econômicas definidas pelo SAE: classes baixa (*faixas extremamente pobre, pobres mas não extremamente pobres, e vulnerável*), média (*baixa classe média, média classe média, e alta classe média*) e alta (*baixa classe alta e alta classe alta*).

Tabela 1: Faixas de renda e classes socioeconômicas no Brasil de acordo com a classificação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)

<b>Faixa</b>	<b>Renda domiciliar (intervalos)</b>	<b>Classe</b>
Extremamente pobre	R\$ 105	Baixa
Pobres mas não extremamente pobres	R\$ 209	
Vulnerável	R\$ 376	
Baixa classe média	R\$ 570	Média
Média classe média	R\$ 828	
Alta classe média	R\$ 1.317	
Baixa classe alta	R\$ 3.205	Alta
Alta classe alta	> R\$ 3.205	

\*Valores atualizados pelo IPCA-Poa até Novembro de 2015, mês no qual estão valoradas as últimas informações de renda da PNAD Contínua Trimestral.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do SAE (2012).

Segundo este critério, indivíduos pertencentes a um domicílio com renda *per capita* igual ou inferior a R\$376 são classificadas como de classe baixa; maior que R\$376 mas menor ou igual a R\$1.317, classe média; maior que R\$1.317, classe alta<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> A vantagem de analisar a população pela renda domiciliar *per capita*, e não pela renda do próprio indivíduo, é que mesmo quem tem renda zero em um domicílio (filhos estudantes, por exemplo) usufrui de bem-estar semelhante aos demais integrantes da família, seja pelo acesso às condições habitacionais ou aos bens duráveis nele presentes, seja pelo porque consome parte significativa da renda total do domicílio (pais que pagam as contas, dão mesada, etc).

## **2.2. O “Critério Brasil”, da ABEP**

Um segundo critério bastante utilizado na definição de classes econômicas no Brasil é o Critério Brasil (ABEP, 2015). Enquanto o critério da SAE baseia-se no conceito de vulnerabilidade, o Critério Brasil é baseado no perfil de consumo dos lares, mapeado através da Pesquisa de Orçamento das Famílias (POF), do IBGE. Basicamente, o método calcula um sistema de pontos por domicílio, de acordo com: a) a quantidade consumida de bens duráveis, tais como microcomputador, lava-louça, geladeira, micro ondas, secadora de roupas, entre outros; b) características de conforto do domicílio (número de banheiros, empregados domésticos); c) grau de instrução do chefe de família (de analfabeto / ensino fundamental incompleto até ensino superior completo); d) e acesso a serviços públicos (água encanada e rua pavimentada). A partir dessas variáveis, calcula-se uma matriz de pontuação por domicílios, que determinará a que estrato econômico as pessoas que nele residem vão pertencer.

Uma das vantagens do Critério Brasil é que ele considera em seu cômputo variáveis correlacionadas com a renda futura — a exemplo do grau de escolaridade do chefe de domicílio —, e não apenas a renda corrente. Como o grau de instrução e o *background* de educação familiar explicam parte significativa dos rendimentos financeiros ao longo da vida, considerá-las é uma forma de mensurar a renda permanente, em linha com as teorias do ciclo de vida desenvolvidas pelos economistas Milton Friedman e Franco Modigliani.

Do ponto de vista da terminologia, diferentemente da classificação do SAE, que utiliza a nomenclatura de classes *baixa*, *média* e *alta*, o Critério Brasil adota a seguinte classificação para referir-se às classes: A1, A2, B1, B2, C1, C2, e D/E. Os limites para cada uma das classes são definidos de acordo com a renda domiciliar média associada a uma determinada pontuação, ou seja, quanto de renda um domicílio deve ter para obter um certo padrão de consumo.

## **2.3. Faixas de renda e classes econômicas de acordo com as classificações da SAE e do Critério Brasil**

Tendo em vista as peculiaridades de cada um dos critérios de classificação da renda, cabe apresentar as diferenças no resultado de ambas as metodologias. A Tabela 2

compara a renda domiciliar total associada a cada uma das faixas e classes econômicas, tanto pela classificação da SAE (grau de vulnerabilidade) quanto pelo Critério Brasil<sup>4</sup>.

Tabela 2: Estratificações de renda calculadas pelo critério do SAE e pelo Critério Brasil

<b>Classes</b>	<b>Segundo o Grau de Vulnerabilidade</b>	<b>Classes</b>	<b>Segundo o Critério Brasil</b>
Extremamente pobre	R\$ 419		R\$ 1.104
Pobres mas não extremamente pobres	R\$ 837	D/E	R\$ 1.438
Vulnerável	R\$ 1.504	C2	R\$ 1.918
Baixa classe média	R\$ 2.280	C1	R\$ 3.456
Média classe média	R\$ 3.314	B2	R\$ 6.050
Alta classe média	R\$ 5.268	B1	R\$ 12.791
Baixa classe alta	R\$ 12.821	A2	R\$ 22.532
Alta classe alta	> R\$ 12.821	A1	> R\$ 22.532

Nota: valores atualizados pelo IPCA-Poa até Novembro de 2015, mês no qual estão valoradas as últimas faixas salariais.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do SAE (2012) e ABEP (2015).

Para a base da pirâmide, ou seja, as classes e faixas mais vulneráveis, há uma diferença significativa de renda em ambos os critérios. Como a SAE utiliza as faixas de renda de pobreza oriundas de programas sociais brasileiros (como o Bolsa Família e o Brasil sem Miséria), elas acabam sendo mais restritivas do que a classe D/E do Critério Brasil, que considera que seria necessário uma renda maior para as famílias terem um padrão de vida superior ao da base da pirâmide. Nas faixas superiores, também há uma diferença significativa entre os métodos (intervalos de renda maiores na classificação do Critério Brasil).

Fica, então, a pergunta: qual método melhor representa a realidade socioeconômica brasileira? A resposta é que não existe uma metodologia melhor, mas sim metodologias que empregam diferentes conceitos para estimar as classes econômicas. Dessa forma, a escolha do critério é de certa forma arbitrária. Tendo em vista o uso crescente da metodologia da SAE, e algumas restrições à definição de classes baseada no consumo de certos bens, adota-se aqui como referência as classes econômicas definidas pela SAE, ou seja, aquelas obtidas a partir do grau de vulnerabilidade.

<sup>4</sup> A Tabela 2 considera a renda domiciliar total, e não per capita, porque o Critério Brasil estratifica os domicílios dessa forma apenas. A SAE, na sua metodologia, informa as faixas tanto para a renda domiciliar *per capita* quanto para a renda domiciliar total.



### 3. Aspectos metodológicos

Os dados de renda do trabalho e dos outros fatores de produção dos domicílios gaúchos têm origem nos microdados da PNAD anual (para o período 2000-2014) e da PNAD contínua (do 1º Trimestre de 2012 ao 4º Trimestre de 2015). Utilizou-se as duas PNADS, em função da complementariedade que uma fornece para a outra. A PNAD anual é feita em setembro de cada ano e, portanto, embora forneça informações em um prazo mais longo, não se pode, a partir dela, identificar a evolução das faixas de renda dentro de um mesmo ciclo econômico. Ademais, a PNAD anual tem informações até 2014, ou seja, não captura os efeitos mais recentes a crise que começou na metade de 2014. A PNAD contínua, por outro lado, permite abordar o caráter conjuntural das mudanças recentes, especialmente porque permite avaliar a tendência da mobilidade de renda dentro de um mesmo ano (trimestres). Os valores das rendas individuais fornecidos pela PNAD, tanto anual quanto trimestral, foram agrupados pela chave que referencia um mesmo domicílio, ou seja, permite somar as rendas de todos os integrantes de um mesmo domicílio. A renda domiciliar *per capita*, que é a variável de interesse, nada mais é do que a renda total do domicílio ponderada pelo número de pessoas que o integram<sup>5</sup>.

A partir do cálculo da renda domiciliar per capita para cada ano/trimestre de referência, os domicílios gaúchos foram classificados em três classes econômicas (baixa, média e alta), conforme as definições da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República. Essa estratificação foi originalmente definida pelo Banco Mundial e se apoia no conceito de vulnerabilidade econômica, medida pela probabilidade de um dado domicílio permanecer na condição de pobreza ou retornar a ela nos anos seguintes. Essas faixas de renda, assim como a renda domiciliar extraída dos microdados da PNAD Contínua, foram atualizadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Porto Alegre até novembro de 2015, mês no qual estão valoradas as últimas informações sobre a renda, disponíveis pela referida pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

---

<sup>5</sup> Um domicílio com três moradores, onde o indivíduo A recebe renda habitual de R\$5.000, o indivíduo B renda de R\$4.000 e o indivíduo C não possui renda, possui uma renda domiciliar *per capita* de  $R\$9.000/3 = R\$3.000$ .

Ao se identificar a proporção de indivíduos em cada faixa de renda domiciliar, desconsiderou-se os indivíduos que se diziam empregados, mas que declaravam ter renda zero. Uma vez tendo construído as faixas para cada unidade de tempo, tanto da PNAD anual, quanto PNAD contínua, é possível acompanhar a evolução das mesmas, no que diz respeito a proporção de indivíduos em cada uma delas, e então identificar possíveis efeitos das crises e períodos de expansão econômica.

A PNAD contínua é construída como um painel rotativo. Tenta-se acompanhar todos os domicílios por cinco trimestres, sendo que a cada trimestre 20% da amostra é composta por novos domicílios, ou seja, o painel é sobreposto, com domicílios que começarão a ser acompanhados a partir daquele trimestre e domicílios que já são acompanhados em tempos diversos. Nesse sentido, em princípio, a PNAD contínua permitiria o acompanhamento de cada domicílio por pelo menos cinco trimestres. Essa informação permitiria a construção de matrizes de transição de probabilidade para as faixas de pobreza. Infelizmente, a amostra da PNAD contínua é pequena demais para que se possa construir uma matriz que seja realmente representativa da população.

## **4. Resultados**

### **4.1. Mobilidade de renda no Brasil: 2001-2014**

Utilizando-se as definições de classes econômicas da SAE, conforme expostas na Tabela 1, os domicílios brasileiros foram classificados anualmente em cada uma das classes: *baixa*, *média* e *alta*. A Tabela 3 apresenta a evolução de 2001 a 2014<sup>6</sup> da proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* em cada grupo, segundo os dados da PNAD. Verifica-se que dentro da classe baixa, para qualquer grupo de renda, houve uma forte redução da proporção de pessoas. Já para as classes média e alta, principalmente a partir do grupo média classe média, houve um expressivo aumento da proporção de pessoas, evidenciando um notório processo de ascensão social no Brasil.

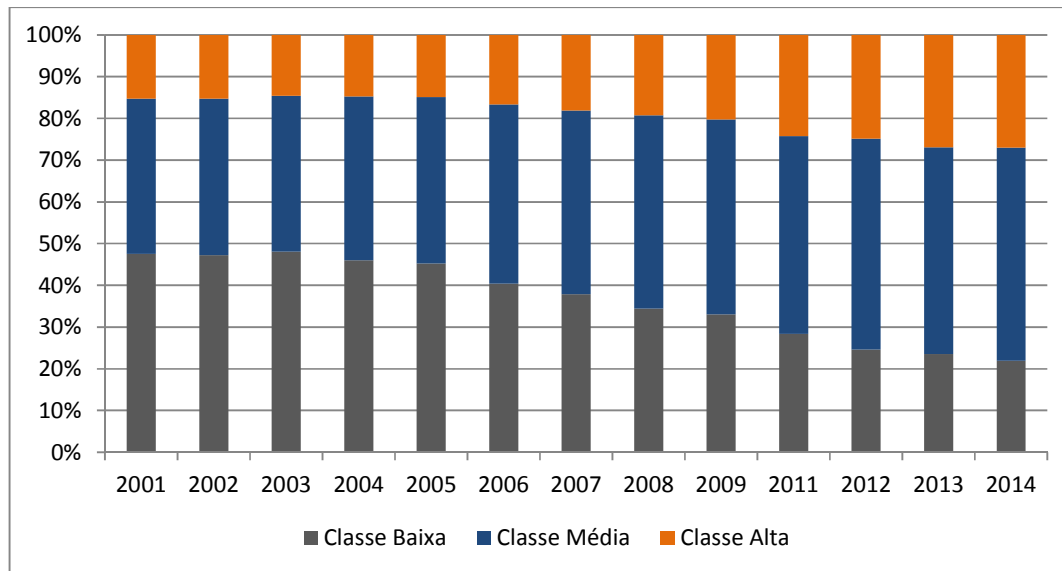
A agregação dos grupos em classes permite uma melhor visualização do processo ocorrido nos últimos anos, conforme apresentado na figura 1. Houve um forte crescimento da proporção de pessoas na classe média, 37,2% em 2001 para 51,1% em 2014. Esse crescimento ocorreu, principalmente, em função da queda da proporção de

---

<sup>6</sup> No ano de 2010 não foi realizada a PNAD em virtude do Censo Demográfico.

peças na classe baixa, de 47,5% em 2001 para 21,9% em 2014. Outro movimento importante ocorrido no período foi a ampliação da classe alta que, em 2001, representava apenas 15,3% da população e em 2014 já correspondia a 27% dos brasileiros. Vale ressaltar que desde 2012 a proporção de pessoas na classe alta é superior a classe baixa e que desde 2006 a classe média se tornou a mais populosa no Brasil.

Figura 1. Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita por classes de renda, Brasil-2001 a 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2001-2014

Como evidenciado acima, certamente o Brasil passou nos últimos anos por um forte processo de ascensão social cuja classe média passou a se tornar a parcela mais significativa da população. Um questionamento natural que surge, entretanto, é se esse fenômeno não é decorrência exclusiva dos programas sociais intensificados a partir do início dos anos 2000 no Brasil. Para especular sobre a possível veracidade desta hipótese, realizou-se os mesmos exercícios anteriores, com os mesmos critérios de renda, considerando, entretanto, apenas as rendas vindas do trabalho. Esse exercício nos permite isolar o efeito dos programas sociais e de outras fontes de renda.

A tabela 4 apresenta a proporção da população brasileira, entre os anos 2001 e 2014, com renda domiciliar do trabalho per capita em cada grupo. Obviamente, descontadas outras fontes de renda, a proporção de pessoas nas classes de mais baixa renda aumenta, uma vez que o valor das faixas é mantido, a preços constantes, o

mesmo. A tabela também permite identificar uma evolução semelhante a que ocorreu quando a análise considerou a renda total, entretanto, com uma queda menos acentuada da proporção de pessoas nas classes mais baixas, principalmente na faixa dos extremamente pobres. Fica evidente, portanto, o papel fundamental que os programas sociais exercem justamente sobre aqueles que mais precisam.

Tabela 3. Proporção de pessoas em diferentes faixas e classes de renda, de acordo com a renda domiciliar *per capita* total, no Brasil, de 2001 a 2014.

Classes	Grupo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Baixa	Extremamente pobre	11,1%	9,7%	10,7%	9,2%	8,1%	6,9%	6,3%	5,3%	5,2%	4,6%	3,9%	4,2%	3,0%
	Pobre, mas não extremamente pobre	16,3%	16,5%	16,6%	16,1%	15,6%	13,5%	12,9%	10,5%	9,7%	7,6%	6,5%	5,9%	5,6%
	Vulnerável	20,1%	21,0%	20,7%	20,7%	21,6%	20,1%	18,6%	18,6%	18,1%	16,2%	14,1%	13,5%	13,3%
Média	Baixa classe média	15,8%	15,7%	16,1%	17,3%	16,7%	16,3%	15,8%	16,3%	16,2%	15,5%	16,5%	15,0%	16,0%
	Média classe média	11,3%	11,7%	11,2%	11,7%	12,5%	14,4%	16,0%	16,1%	16,2%	16,4%	17,1%	17,2%	17,1%
	Alta classe média	10,1%	10,1%	10,0%	10,3%	10,7%	12,1%	12,3%	13,8%	14,3%	15,5%	17,0%	17,2%	18,1%
Alta	Baixa classe alta	9,6%	9,6%	9,2%	9,2%	9,8%	10,7%	11,5%	12,1%	12,8%	14,0%	15,4%	16,1%	17,2%
	Alta classe alta	5,7%	5,6%	5,3%	5,5%	5,0%	6,0%	6,6%	7,2%	7,4%	10,2%	9,4%	10,8%	9,8%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2001-2014.

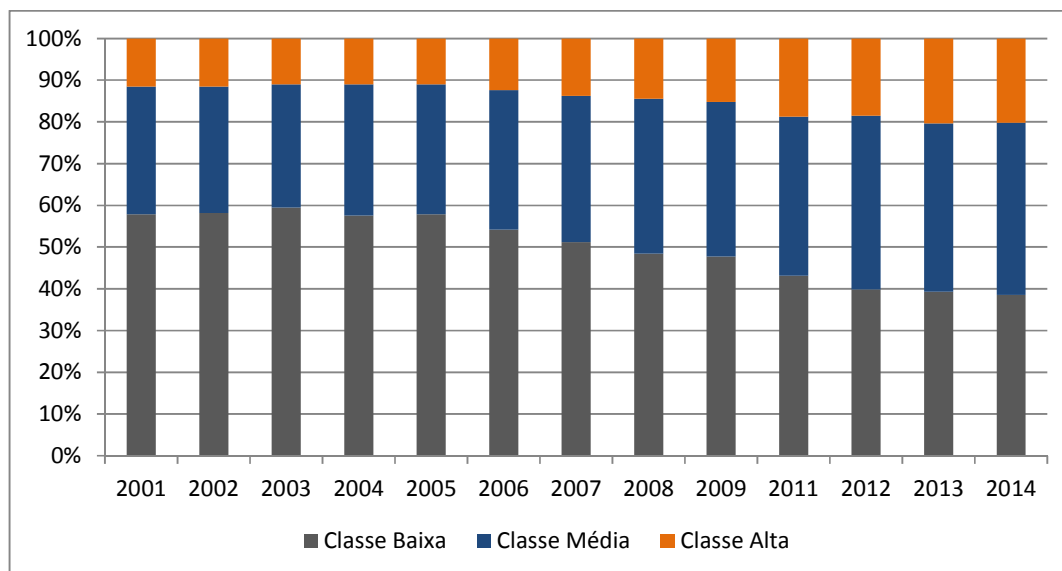
Tabela 4. Proporção de pessoas em diferentes faixas e classes de renda, de acordo com a renda domiciliar *per capita* do trabalho, no Brasil, de 2001 a 2014.

Classes	Grupo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Baixa	Extremamente pobre	22,8%	22,0%	23,7%	22,4%	20,6%	20,2%	18,8%	17,7%	17,8%	17,2%	17,1%	17,3%	16,6%
	Pobre, mas não extremamente pobre	16,7%	17,1%	17,3%	16,9%	17,2%	15,4%	15,1%	12,6%	11,9%	9,8%	9,1%	8,4%	8,2%
	Vulnerável	18,4%	19,1%	18,5%	18,3%	20,1%	18,6%	17,2%	18,2%	18,0%	16,2%	13,6%	13,6%	13,7%
Média	Baixa classe média	13,0%	12,7%	12,8%	14,3%	13,2%	14,0%	13,8%	14,3%	14,1%	13,9%	15,3%	13,5%	14,5%
	Média classe média	9,4%	9,6%	9,2%	9,1%	9,8%	10,2%	12,1%	12,2%	12,2%	12,4%	12,7%	13,5%	12,6%
	Alta classe média	8,0%	7,9%	7,4%	8,1%	8,1%	9,3%	9,1%	10,5%	10,7%	11,8%	13,5%	13,4%	14,1%
Alta	Baixa classe alta	7,1%	7,3%	6,9%	6,7%	7,1%	7,8%	8,6%	9,0%	9,4%	10,6%	11,4%	12,1%	12,8%
	Alta classe alta	4,5%	4,3%	4,2%	4,3%	3,9%	4,6%	5,2%	5,5%	5,8%	8,1%	7,2%	8,3%	7,4%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2001-2014.

A agregação dos oito grupos em três classes resulta na figura 2. Embora o padrão apresentado seja semelhante ao da renda total, evidenciado na figura 1, considerando apenas as rendas do trabalho, a classe média se estabeleceu como a mais populosa entre as classes apenas no ano de 2012 e, mesmo em 2014, a classe baixa ainda era superior a classe alta.

Figura 2. Proporção de pessoas com renda domiciliar do trabalho per capita por classes de renda, Brasil - 2001 a 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2001-2014

#### 4.2. Mobilidade de renda no Rio Grande do Sul: 2001-2014

Reconhecidamente, o Rio Grande do Sul tem renda superior a média brasileira, e isso é demonstrado na Tabela 5. Dessa forma, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita nos grupos mais pobres é significativamente inferior ao Brasil como um todo. Apesar do nível abaixo, verifica-se uma forte redução da população nos grupos de baixa renda. Diferentemente do que acontece com o Brasil, no entanto, percebe-se um aumento mais significativo da parcela da população pertencente aos grupos a partir da alta classe média.

Tabela 5. Proporção de pessoas em diferentes faixas e classes de renda, de acordo com a renda domiciliar *per capita* total, no RS, de 2001 a 2014.

Classes	Grupo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Baixa	Extremamente pobre	5,1%	5,0%	5,2%	4,6%	4,0%	3,5%	3,1%	2,2%	2,3%	1,8%	1,8%	1,9%	1,3%
	Pobre, mas não extremamente pobre	11,5%	10,6%	10,0%	9,6%	9,0%	7,9%	8,3%	6,0%	5,1%	4,3%	2,9%	2,8%	2,7%
	Vulnerável	17,9%	19,3%	17,9%	16,4%	18,2%	16,1%	13,5%	13,8%	13,7%	11,2%	9,5%	8,4%	8,1%
Média	Baixa classe média	18,8%	17,6%	19,2%	19,2%	18,3%	16,7%	15,7%	15,3%	15,1%	13,7%	14,1%	12,0%	12,5%
	Média classe média	15,6%	15,9%	15,9%	15,6%	16,2%	17,4%	20,1%	18,9%	18,2%	19,4%	18,8%	18,1%	16,6%
	Alta classe média	13,5%	13,5%	14,0%	15,9%	15,7%	17,7%	17,5%	19,2%	19,9%	20,7%	21,9%	22,2%	22,6%
Alta	Baixa classe alta	12,2%	12,6%	12,4%	12,9%	13,2%	14,8%	15,5%	16,7%	18,0%	19,8%	22,0%	23,7%	25,6%
	Alta classe alta	5,4%	5,5%	5,4%	5,8%	5,3%	5,8%	6,4%	8,0%	7,7%	9,1%	9,0%	10,9%	10,6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2001-2014

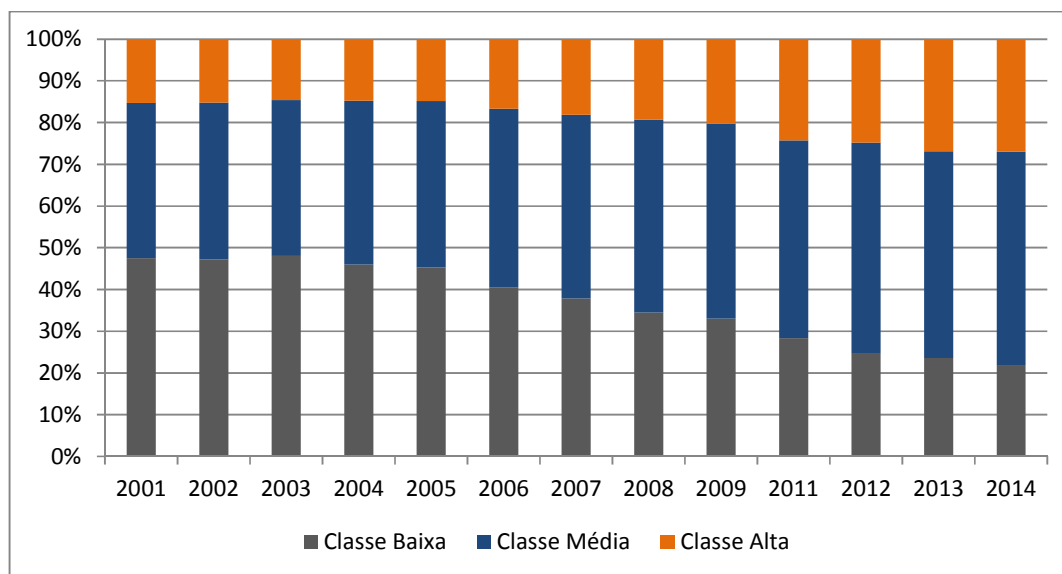
Tabela 6. Proporção de pessoas em diferentes faixas e classes de renda, de acordo com a renda domiciliar *per capita* do trabalho, no RS, de 2001 a 2014.

Classes	Grupo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Baixa	Extremamente pobre	16,4%	16,8%	17,5%	16,4%	15,8%	16,3%	15,2%	14,4%	14,4%	14,3%	13,8%	15,0%	14,6%
	Pobre, mas não extremamente pobre	13,6%	13,8%	13,3%	12,2%	12,6%	11,2%	11,3%	9,1%	7,9%	6,7%	5,8%	5,1%	4,8%
	Vulnerável	18,8%	19,4%	18,6%	17,3%	19,7%	18,2%	15,8%	15,9%	15,7%	14,3%	11,3%	11,1%	10,7%
Média	Baixa classe média	15,9%	14,5%	15,9%	17,6%	15,4%	15,3%	15,3%	15,2%	15,1%	14,8%	15,9%	13,0%	14,1%
	Média classe média	13,0%	12,7%	12,5%	12,1%	12,6%	12,9%	15,2%	15,0%	14,6%	14,8%	15,2%	14,8%	13,7%
	Alta classe média	10,5%	10,4%	10,0%	11,4%	11,1%	12,3%	11,8%	13,5%	14,9%	15,1%	17,4%	17,4%	17,6%
Alta	Baixa classe alta	7,8%	8,5%	8,7%	8,7%	9,1%	9,6%	10,7%	11,3%	11,8%	13,5%	15,0%	16,4%	17,3%
	Alta classe alta	3,8%	3,9%	3,5%	4,2%	3,7%	4,2%	4,7%	5,5%	5,5%	6,5%	5,7%	7,0%	7,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2001-2014

Assim como no caso do Brasil, construiu-se a agregação dos grupos em três classes de renda, como mostra a figura 3. A proporção de pessoas presentes na classe baixa apresentou uma forte redução no período, de 47,5% em 2001 para 21,9% em 2014. Da mesma forma como ocorreu no Brasil, a classe média se tornou a mais populosa em 2006 e cresceu ao longo de todo o período, de 37,2% em 2001 até 51,1% em 2014. Por fim, a classe alta também teve uma importante expansão no período, de 15,3% em 2001 a 27,0% em 2014, se tornando superior a classe baixa em 2012, mesmo ano que o Brasil.

Figura 3. Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita por classes de renda, Rio Grande do Sul - 2001 a 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2001-2014

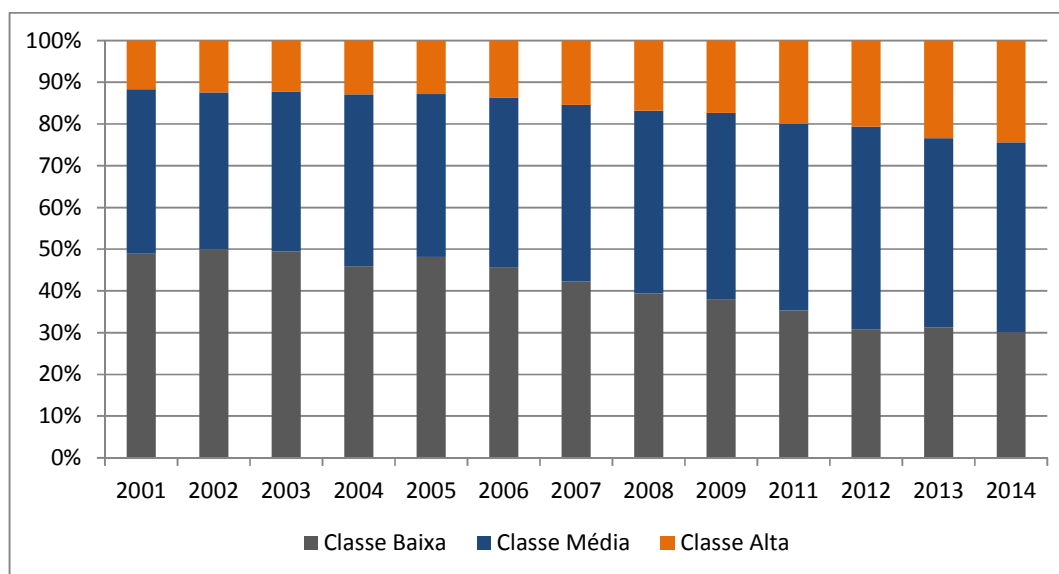
Para verificar o impacto que as diferentes formas de renda tiveram nesse processo no Rio Grande do Sul, adotou-se a mesma estratégia que foi utilizada no caso brasileiro, ou seja, mantem-se as faixas de renda e considera-se apenas as rendas decorrentes do trabalho. Assim como ocorreu no Brasil, houve redução na proporção de pessoas na classe baixa, com exceção do grupo extremamente pobre, que se mostrou constante no período. Quanto as classes mais altas, percebe-se uma ampliação principalmente a partir da alta classe média.

A agregação dos grupos de renda do trabalho em classes apresenta o mesmo processo que já foi evidenciado anteriormente. Neste quesito o Rio Grande do Sul foi mais rápido que o Brasil em estabelecer uma classe média mais populosa que a classe baixa. Tal



fenômeno ocorreu já em 2007 no Estado, enquanto no Brasil ocorreu apenas em 2012. Assim como no Brasil, no entanto, considerando apenas a renda do trabalho, a proporção de pessoas na classe alta não havia, em 2014, ultrapassado a de pessoas na classe baixa.

Figura 4. Proporção de pessoas com renda domiciliar do trabalho per capita por classes de renda, Rio Grande do Sul - 2001 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2001-2014

### 4.3. Mobilidade de renda no período recente no Rio Grande do Sul: 1T2012 a 4T2015

Segundo o Comitê de Datação de Ciclos (CODACE), da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil entrou em recessão oficialmente no 2º Trimestre de 2014. Apesar de a evidência empírica do período 2001-2014 já apontar um maior enrijecimento na mobilidade de renda em 2014, a ausência de dados conjunturais da PNAD anual não permite analisar a dinâmica de transição para o ano de 2015, exatamente o período onde houve o aprofundamento da crise. Além disso, a periodicidade trimestral dos dados permite-nos avaliar com maior exatidão como a recessão afeta a renda real dos domicílios.

Os resultados da PNAD Contínua trimestral, que inicia no 1º trimestre de 2012 e encerra no 4º trimestre de 2015, revelam que o 1º trimestre de 2015 marcou um ponto de inflexão na tendência de transição de domicílios da classe baixa para a classe média. Conforme exposto na Tabela 7, ao final de 2015, a proporção de pessoas pertencentes à

classe baixa (20,4%) já era maior que o nível observado no 3.o trimestre de 2013 (20,0%), um aumento de 6,2% em relação ao patamar mínimo, registrado no 1.o trimestre de 2014. Esse movimento de redução da classe média e aumento da classe baixa sugere que a atual recessão atingiu - e tem atingido - com grande intensidade domicílios de renda mediana, muitos dos quais provavelmente haviam saído da condição de pobreza no período anterior, em que a renda real do trabalho havia crescido e muitas famílias haviam abandonado a situação de pobreza.

Tabela 7: Participação relativa de cada classe econômica, no Rio Grande do Sul, de acordo com as classes econômicas do SAE, de 2012T1 a 2015T4

<b>Trimestre</b>	<b>Classe Baixa</b>	<b>Classe Média</b>	<b>Classe Alta</b>
2012T1	24,5	54,4	21,1
2012T2	23,5	55,1	21,4
2012T3	22,8	55,5	21,7
2012T4	21,5	56,2	22,3
2013T1	22,5	54,6	22,9
2013T2	21,3	54,7	24,0
2013T3	20,0	54,3	25,7
2013T4	19,5	55,8	24,8
2014T1	19,2	55,3	25,4
2014T2	20,3	54,6	25,0
2014T3	19,7	55,4	24,8
2014T4	19,6	55,2	25,2
2015T1	19,3	54,8	25,8
2015T2	19,8	55,3	25,0
2015T3	22,2	53,4	24,4
2015T4	20,4	54,1	25,5
Var. 2015 (p.p.)	0,7	(0,8)	0,1

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de dados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE.

Além desse movimento migratório às faixas de renda inferiores, há também um segundo fator que desempenhou um papel crucial na mobilidade de classes em 2015: a maior rigidez e a dificuldade de transição para faixas de renda mais elevadas. Com o aumento da taxa de desemprego e o fechamento de inúmeras empresas, os domicílios pertencentes à classe baixa encontraram na crise uma barreira quase intransponível para ascender economicamente. Esse movimento marca uma clara ruptura em relação ao que a economia gaúcha vivenciou entre 2001 e 2014.

Do ponto de vista do custo social da recessão, os dados da Tabela 7 mostram que as classes mais afetadas até o momento são a baixa (0,7 pontos percentuais de aumento em

2015) e média (-0,8 p.p.), o que sinaliza que os domicílios com maior grau de vulnerabilidade são os que estão sofrendo mais. Apesar da recessão, a participação da classe alta até aumentou (0,1 pontos percentuais), o que sugere ter aumentado o grau de desigualdade entre os domicílios ricos e pobres.

Além da diferença de poder aquisitivo, há diferenças significativas também no número de integrantes dos domicílios em cada faixa de renda. Conforme a Tabela 8, os domicílios da faixa extremamente pobres tem em média 4,5 integrantes, contra 2,8 da alta classe alta, que situa-se no outro extremo. Na média, os domicílios gaúchos têm 3,6 moradores. Além do efeito da recessão sobre o poder aquisitivo das famílias mais vulneráveis, estas sofrem também com o adensamento excessivo, que frequentemente está ligado à uma situação de moradia precária ou coabitação. Um efeito secundário (mas não menos importante) da recessão é a redução na oferta de crédito imobiliário, inclusive programas sociais de baixa renda, que sofrem cortes diante da redução na arrecadação tributária.

Tabela 8: número médio de integrantes por domicílio, de acordo com a faixa de renda, no RS, 2012-2015

<b>Faixa do SAE</b>	<b>Média de integrantes por domicílio</b>
Extremamente pobre	4,5
Pobre, mas não extremamente pobre	4,5
Vulnerável	4,2
Baixa classe média	3,8
Média classe média	3,6
Alta classe média	3,4
Baixa classe alta	3,1
Alta classe alta	2,8
<b>Média geral</b>	<b>3,6</b>

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de dados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE.

#### **4.3.1. Ressalvas metodológicas sobre os resultados da PNAD Contínua trimestral**

Há um detalhe metodológico que deve ser ressaltado. A PNAD Contínua Trimestral fornece dados sobre a renda habitual de todos os trabalhos, mas não de outros fatores de produção, como o capital. Conforme dados do Censo 2010, domicílios classificados como de classe alta pelo critério do SAE têm maior participação de rendas de ativos financeiros, como alugueis e rendimento de aplicações financeiras, do que seus pares mais pobres. Por outro lado, domicílios mais pobres têm maior participação

de rendas de assistência social e de programas sociais, além de previdência pública. Cabe lembrar que, durante a atual crise, diversos benefícios sociais, como o seguro desemprego, tiveram seus benefícios reduzidos, tendo em vista a situação fiscal do governo geral e a trajetória crescente de endividamento público. Isso prejudicou domicílios mais pobres, que dependem mais desse tipo de renda.

Do lado dos ativos financeiros, o efeito líquido do viés de desconsiderá-los é incerto. Por um lado, a política monetária contracionista, que tentou controlar a inflação, aumentou a rentabilidade de alguns ativos financeiros, em especial títulos pós-fixados. Se por um lado a crise aumentou a rentabilidade de alguns ativos de renda fixa, por outro os ativos de renda variável perderam bastante valor, em sua maioria. É o caso das ações negociadas na BM&F Bovespa, em que muitos títulos estão nas mãos de pessoas físicas residentes, que sofrem perda patrimonial relevante em função da perda de valor do ativo e da redução da distribuição de lucros via dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Em função disso, embora esteja claro as fontes de renda que são desconsideradas devido a restrições na base de dados, o efeito final sobre o grau de desigualdade é difícil de ser estimado.

#### **4.4. Efeitos de médio e longo prazos da atual recessão**

A mobilidade de renda domiciliar *per capita*, conforme abordada neste estudo, sintetiza os efeitos de curto prazo dos movimentos cíclicos sobre o poder aquisitivo dos domicílios. No entanto, grande parte dos custos associados a um período de recessão prolongada, por exemplo, não são observáveis no curto prazo, mas sim no médio e longo prazos. Como a análise empírica realizada neste estudo não captura esses efeitos de médio e longo prazos, faz-se aqui essa ressalva e tece-se alguns comentários sobre esses efeitos.

Um primeiro efeito não observável na dinâmica da renda domiciliar é a depreciação de capital fixo e obsolescência do estoque de bens de capital na economia. Pela intensidade e duração da atual recessão brasileira, bem como por seus efeitos no mercado de crédito, a renovação de maquinários e investimentos produtivos foram duramente afetados. Como esses investimentos determinam a capacidade de produzir bens e serviços de uma unidade produtiva, e, em última instância, sua produtividade, a recessão pode trazer

outros efeitos perversos para a economia no médio e longo prazos, em especial a perda de competitividade. A esses investimentos, somam-se os recursos em obras de infraestrutura cortados em função da queda de receitas e do ajuste fiscal. Esses cortes penalizam empresas e consumidores no presente e também no futuro.

Um segundo fator importante do atual momento recessivo é o alto número de falências e pedidos de recuperação judicial por parte de empresas. Essa destruição da matriz produtiva provoca sequelas difíceis de reparar na economia. Um terceiro aspecto, também ligado à falta de investimentos, são os efeitos sobre a inovação de produtos e serviços. Em períodos de crise, o financiamento de recursos para atividades inovadoras (muitas vezes, de alto risco e alta capacidade de retorno) e com *spillovers* positivos sobre toda sociedade são escassos. Como reflexo, os índices locais de patentes de produtos, citações, entre outras medidas de inovação, podem ser duramente afetados no futuro.

Em quarto lugar, mas não menos importante, estão os impactos sobre o capital humano. Muitas pessoas (jovens, por exemplo) podem entrar prematuramente no mercado de trabalho por necessidade, para suprir a renda domiciliar porque alguém foi demitido ou porque a renda real caiu. A recessão distorce os incentivos de trabalhar e estudar. A recessão também afeta programas de financiamento estudantis (como o FIES, por exemplo) e programas de intercâmbio de estudantes e professores, como o Ciências Sem Fronteiras (CSF). Ao reduzir drasticamente o número de beneficiários dessas políticas, há que se observar que haverá um custo futuro para a sociedade que, apesar de ser de difícil mensuração, certamente será de grandes proporções.

De forma geral, há vários outros canais pelos quais movimentos do ciclo econômico afetam a economia e a vida das pessoas. A análise da mobilidade de renda dos domicílios e a perda recente de conquistas sociais importantes do período 2001-2014 fornece evidências concretas do custo social das recessões, porém não dá a dimensão de todos os custos que a sociedade absorve. Discutir esses efeitos é algo importante no debate sobre a atuação dos gestores públicos na redução tanto da intensidade quanto da duração dos movimentos de recessão na economia.

## 5. Conclusões

Analisando os microdados tanto da PNAD anual (2001-2014) quanto da PNAD Contínua Trimestral (2012T1 a 2015T4), este estudo traz evidências de como os movimentos cíclicos na economia afetam a mobilidade de renda de domicílios com diferentes características socioeconômicas, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul. Em termos regionais, até onde sabemos, este é o primeiro estudo a avaliar a dinâmica de transição dos domicílios gaúchos entre faixas e classes de renda ao longo do tempo, o que fornece uma visão mais ampla da economia local nos seus últimos quinze anos

De forma geral, os resultados indicam que houve no Brasil uma drástica redução da proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* nos grupos de renda mais baixa. A ascensão social ocorrida na última década proporcionou ao Brasil se tornar um país de classe média (mais populosa) a partir de 2006. No caso do Rio Grande do Sul, embora apresente desde o início do período analisado um nível de pobreza inferior, o processo ocorrido se assemelha muito ao observado em termos nacionais, apesar dos choques climáticos que frequentemente influenciam tanto a produção quanto a renda agrícola do RS.

Para especular sobre os possíveis mecanismos causadores desta transformação social ocorrida no Brasil, adotou-se como estratégia também considerar apenas as rendas derivada do trabalho. Os resultados mostram o efetivo papel que a renda do trabalho teve no processo de ampliação da classe média no Rio Grande do Sul e no Brasil como um todo. Essa dinâmica, no entanto, não é homogênea a todos os segmentos sociais, sobretudo no Rio Grande do Sul. A proporção de pessoas no grupo mais desamparado, o de extremamente pobres, se manteve estável no período considerando apenas a renda do trabalho. Portanto, ressalta-se a importância dos programas sociais especialmente para as camadas mais desprotegidas da sociedade.

No que se refere à análise da PNAD Trimestral, a atual recessão, iniciada no Brasil no 2º Trimestre de 2014 e ainda não findada, impôs — e permanece impondo — um alto custo social, uma vez que seus efeitos atingem, em maior grau, justamente os domicílios gaúchos em condição de maior vulnerabilidade. No curto prazo, os resultados reforçam a necessidade premente de a economia brasileira sair da crise e voltar a crescer o mais rapidamente possível. No médio e no longo prazo, atenta-se para a importância de o

poder público exercer sua função econômica estabilizadora e agir de maneira contracíclica, de forma a evitar que recessões intensas e duradouras, como a atual, se repitam.

### **Referências bibliográficas**

Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). **Critério Brasil de classificação econômica.** 2015. Disponível em: <<http://www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=09&p=cb>>. Acesso em 04 de Abril de 2016.

de Barros, Ricardo Paes; de Carvalho, Mirela; Franco, Samuel e Mendonça, Rosane (2007): **A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil.** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1258.

de Souza, Pedro H. G. F. (2013): **As causas imediatas do crescimento da renda, da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza na Bahia, no Nordeste e no Brasil entre 2003 e 2011.** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1816.

DeNavas-Walt, Carmen; Proctor, Bernadette D.; Smith, Jessica C. **Income, Poverty, and Health Insurance Coverage in the United States: 2010.** In: current population reports. US Census Bureau, 2011.

Hansen, Alvin H. The business cycle and its relation to agriculture. **American Journal of Agricultural Economics**, vol. 14, issue 1, pp. 59-67, 1932.

Hoffmann, R.; Ney, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, v. 10, n., p. 7-39, 2008.

Hoynes, Hilary; Miller, Douglas L.; Schaller, Jessamyn. Who suffers during recessions? **Journal of Economic Perspectives**, vol. 26, n. 3, pp. 27-48, 2012.

Jenkins, Stephen P.; Brandolini, Andrea; Micklewright, John; Nolan, Brian. **The great recession and the distribution of household income.** Oxford: Oxford University (2013).

Kamakura, Wagner.; Mazon, José Afonso. **Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil.** Editora Blucher, 1a Ed., 2013.

Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). **Perguntas e respostas sobre a definição da classe média.** Presidência da República, 2012.